

No. 37126

**Brazil
and
Argentina**

Agreement on educational cooperation between the Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic. Brasília, 10 November 1997

Entry into force: *15 June 2000 by the exchange of instruments of ratification, in accordance with article XVI*

Authentic texts: *Portuguese and Spanish*

Registration with the Secretariat of the United Nations: *Brazil, 11 December 2000*

**Brésil
et
Argentine**

Accord de coopération en matière d'éducation entre la République fédérative du Brésil et la République argentine. Brasília, 10 novembre 1997

Entrée en vigueur : *15 juin 2000 par échange des instruments de ratification, conformément à l'article XVI*

Textes authentiques : *portugais et espagnol*

Euregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : *Brésil, 11 décembre 2000*

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

**CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO EDUCATIVA ENTRE A REPÚBLICA
FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA ARGENTINA**

A República Federativa do Brasil

e

**A República Argentina
(doravante denominadas as “Partes”),**

Conscientes de que os sistemas educacionais devem responder aos desafios da consolidação da democracia em contexto de crescente integração entre os países da região, das transformações produtivas e dos avanços científico-tecnológicos;

Determinadas a dinamizar e atualizar a relação bilateral em matéria educacional por meio da reformulação dos instrumentos convencionais;

Inspiradas na vontade mútua de aprofundar as ações de cooperação entre os sistemas educacionais de ambos os Estados,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I

As Partes promoverão a cooperação educacional em todos os níveis e modalidades, entre seus órgãos competentes, no âmbito do processo de integração.

ARTIGO II

As Partes envidarão esforços no sentido de tornar disponíveis informações sobre as características dos respectivos sistemas educacionais: suas estruturas; administração nos níveis nacional e estadual; recursos humanos e infraestrutura; planos de carreira docente; capacitação, formação inicial; organização institucional; metodologia de avaliação e demais informações que resultem relevantes para os fins do presente Convênio.

ARTIGO III

1. As Partes buscarão facilitar a vinculação direta entre instituições congêneres para que elaborem, subscrevam e executem programas específicos de intercâmbio e cooperação no campo da educação e formação de recursos humanos.

2. Ademais, as Partes buscarão estimular o intercâmbio e a cooperação em experiências educativas inovadoras e fomentarão a organização e execução de atividades conjuntas.

ARTIGO IV

Cada uma das Partes estimulará:

- a) a inclusão, no conteúdo dos cursos de educação fundamental, do ensino do idioma oficial da outra Parte;
- b) a criação de cursos de especialização, de pós-graduação ou cursos específicos sobre literatura, história e cultura nacional do outro Estado;
- c) a criação de cursos de especialização, de pós-graduação ou cursos específicos que visem a aprimorar o conhecimento da realidade econômica, política, social e tecnológica da outra Parte;
- d) a criação de cursos de português e de cultura brasileira nas universidades argentinas e de espanhol e de cultura argentina nas universidades brasileiras;
- e) a inclusão de conteúdos relativos à integração regional em seus distintos aspectos nos diferentes níveis educacionais.

ARTIGO V

As Partes buscarão estimular o planejamento e o desenvolvimento conjunto das atividades relacionadas com as áreas de extensão universitária e de formação e capacitação docente.

ARTIGO VI

1. As Partes concederão regularmente bolsas e subsídios para estimular e impulsionar a pesquisa conjunta e a transferência de tecnologia.
2. Ademais, outorgarão anualmente, de maneira recíproca, bolsas de pós-graduação a estudantes, pesquisadores ou especialistas enviados pela outra Parte para aperfeiçoar seus estudos.
3. As quantidades e modalidades dessas bolsas ou subsídios serão comunicadas por via diplomática.

ARTIGO VII

1. O ingresso de alunos de uma Parte em cursos de graduação e pós-graduação da outra Parte será regido pelos mesmos processos seletivos aplicados pelas instituições de ensino superior aos estudantes nacionais.
2. Os estudantes que se beneficiarem de acordos específicos entre as Partes serão submetidos aos processos de seleção estabelecidos por esses instrumentos.

ARTIGO VIII

As Partes buscarão estimular a criação de programas de intercâmbio de docentes e de estudantes de grau universitário.

ARTIGO IX

As Partes buscarão promover a cooperação entre peritos, técnicos e especialistas em educação, bem como o intercâmbio de experiências que estimulem a vinculação dos sistemas educacionais com o setor produtivo.

ARTIGO X

As Partes buscarão incentivar o uso da tecnologia da informação para a divulgação de calendários de atividades educacionais, concursos, prêmios e bolsas, e relação de recursos humanos e infra-estrutura disponíveis, bem como as demais informações que as Partes considerem prioritárias com relação ao cumprimento do presente Convênio.

ARTIGO XI

O exercício profissional de cidadãos de uma Parte no território da outra estará sujeito à legislação nacional correspondente.

ARTIGO XII

O reconhecimento de certificados de estudos, títulos e diplomas em todos os níveis de ensino estará sujeito à legislação nacional correspondente e aos Protocolos e Acordos específicos sobre a matéria que as Partes tenham celebrado, ou aqueles que venham a subscrever enquanto o presente Convênio se encontra em vigor.

ARTIGO XIII

Cada uma das Partes buscará manter a outra informada das mudanças que se produzirem em seu sistema de ensino.

ARTIGO XIV

1. Para a aplicação deste Convênio, as Partes criarão a Comissão Mista Educativa, a ser presidida pelas autoridades nomeadas pelos respectivos Ministérios da Educação em coordenação com as áreas competentes de ambas as Chancelarias.
2. Serão funções da Comissão:
 - a) elaborar e avaliar programas executivos específicos;
 - b) propor Protocolos Adicionais, a serem negociados por via diplomática.
3. A Comissão Mista Educativa se reunirá a qualquer momento, a pedido de uma das Partes pela via diplomática.

ARTIGO XV

O presente Convênio deixa sem efeito o Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina, de 25 de janeiro de 1968.

ARTIGO XVI

O presente Convênio estará sujeito a ratificação e entrará em vigor na data em que as Partes troquem os respectivos Instrumentos de Ratificação.

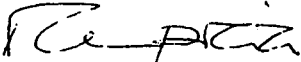
ARTIGO XVII

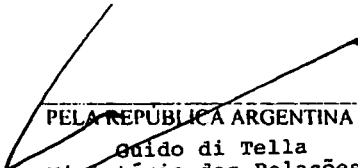
As Partes poderão estabelecer emendas ao presente Convênio, mediante troca de Notas, nos termos do Artigo XVI.

ARTIGO XVIII

O presente Convênio terá duração indeterminada e poderá ser denunciado em qualquer momento por qualquer das Partes, mediante notificação escrita. A denúncia terá efeito 6 (seis) meses após a data da notificação.

Feito em Brasília, em 10 de novembro de 1997, em dois exemplares originais, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.


PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia
Ministro de Estado das Relações
Exteriores


PELA REPÚBLICA ARGENTINA
Guido di Tella
Ministério das Relações
Exteriores e Culto

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

Convenio de Cooperación Educativa
entre
la República Federativa del Brasil
y
la República Argentina

La República Federativa del Brasil y la República Argentina, en adelante denominadas las Partes;

Conscientes de que los sistemas educativos deben dar respuesta a los desafíos de la consolidación de la democracia en un contexto de creciente integración entre los países de la región, de las transformaciones productivas y de los avances científico-tecnológicos;

Determinadas a dinamizar y actualizar la relación bilateral en materia educativa por medio de la reformulación de los instrumentos convencionales; c

Inspiradas en la voluntad compartida de profundizar las acciones de cooperación entre los sistemas educativos de ambos Estados;

Han acordado lo siguiente:

Artículo I

Las Partes promoverán la cooperación educativa en todos los niveles y modalidades, entre su órganos competentes, en el ámbito del proceso de integración.

Artículo II

Las Partes se esforzarán por mantener un permanente intercambio de información actualizada sobre las características de los respectivos sistemas educativos: estructura; administración a nivel nacional y provincial; recursos humanos y de infraestructura; planes de las carreras docentes; capacitación; formación inicial; organización institucional; metodología de evaluación, y toda otra información que resulte relevante a los fines del presente Convenio.

Artículo III

1. Las Partes procurarán facilitar la vinculación directa entre las instituciones correspondientes para que elaboren, suscriban y ejecuten programas específicos de intercambio y cooperación en el campo de la educación y de la formación de recursos humanos.

2. Asimismo, las Partes estimularán el intercambio y la cooperación en experiencias educativas innovadoras y fomentarán la organización y ejecución de actividades educativas conjuntas.

Artículo IV

Cada una de las Partes promoverá:

a) La inclusión en el contenido de los cursos de la educación básica y/o media, de la enseñanza del idioma oficial de la otra Parte;

b) La creación de cursos de especialización, carreras de post-grado o cátedras específicas sobre literatura, historia y cultura nacional del otro Estado;

c) La creación de cursos de especialización, de posgrado, o cursos específicos que apunten a mejorar el conocimiento de la realidad económica, política, social y tecnológica de la otra Parte;

d) La creación de cátedras de portugués y cultura brasileña en las Universidades argentinas, y de español y cultura argentina en las Universidades brasileñas.

e) La inclusión de contenidos referidos a la integración regional en sus distintos aspectos en los diferentes niveles educativos.

Artículo V

Las Partes estimularán la planificación y el desarrollo conjuntos de actividades relacionadas con las áreas de extensión universitaria y de formación y capacitación docente.

Artículo VI

1. Las Partes concederán regularmente becas y subsidios para estimular e impulsar la investigación conjunta y la transferencia de tecnología.

2. Asimismo otorgarán anualmente, en reciprocidad, becas de post-grado a estudiantes, profesionales o especialistas enviados por la otra Parte para perfeccionar sus estudios.

3. La cantidad y modalidad de estas becas o subsidios se informará por la vía diplomática.

Artículo VII

1. El ingreso de alumnos de una Parte en cursos de grado o posgrado de la otra Parte, se registrará por los mismos procesos de selección aplicados por las instituciones de enseñanza superior a los estudiantes nacionales.

2. Los estudiantes que se beneficien de acuerdos específicos entre las Partes se someterán a los procesos de selección establecidos por esos instrumentos.

Artículo VIII

Las Partes procurarán estimular la elaboración de programas de intercambio de docentes y de estudiantes de grado universitario.

Artículo IX

Las Partes promoverán la cooperación entre expertos, técnicos y especialistas en educación, como asimismo el intercambio de experiencias que vinculen los sistemas educativos con el sector productivo.

Artículo X

Las Partes incentivarán el uso de la tecnología informática para la divulgación de los calendarios de actividades educativas, concursos, premios y becas, y la nóminas de recursos humanos e infraestructura disponibles, así como toda otra información que las Partes estimen prioritarias en relación al cumplimiento del presente Convenio.

Artículo XI

El ejercicio profesional por parte de nacionales de una Parte en el territorio de la otra, estará sujeto a la legislación nacional correspondiente.

Artículo XII

El reconocimiento de certificados de estudio, títulos y diplomas de todos los niveles educativos estará sujeto a la legislación nacional correspondiente y a los Protocolos y Acuerdos específicos sobre la materia que las Partes hayan celebrado o de aquellos que suscriban mientras el presente Convenio se encuentre en vigor.

Artículo XIII

Cada una de las Partes procurará informar a la otra sobre cualquier cambio que se produzca en su sistema educativo.

Artículo XIV

1. Para la aplicación de este Convenio, las Partes crean la Comisión Mixta Educativa. La misma será presidida por las autoridades designadas por los respectivos Ministerios de Educación, en coordinación con las áreas competentes de ambas Cancillerías.

2. Serán funciones de la Comisión:

a) diseñar y evaluar programas ejecutivos específicos,

b) proponer Protocolos Adicionales, que se concertarán por la vía diplomática.

3. La Comisión Mixta Educativa se reunirá en cualquier momento a solicitud de una de las Partes por la vía diplomática.

Artículo XV

El presente Convenio deja sin efecto el Convenio de Intercambio Cultural entre el Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República Argentina del 25 de enero de 1968.

Artículo XVI

El presente Convenio estará sujeto a ratificación, y entrará en vigor en la fecha en que las Partes intercambien los respectivos instrumentos.

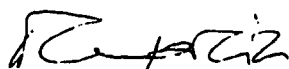
Artículo XVII

Las Partes podrán modificar el presente Convenio mediante Acuerdos que entrarán en vigor de conformidad con lo previsto en el artículo XVI.

Artículo XVIII

El presente Convenio tendrá una duración indeterminada y podrá ser denunciado en cualquier momento por cualquiera de las Partes, mediante notificación escrita. La denuncia surtirá efecto seis meses después de la fecha de la notificación.

Hecho en la ciudad de Brasilia a los 10 días del mes de noviembre de 1997, en dos originales en portugués y español, ambos igualmente auténticos.



Por el Gobierno de la
República Federativa del Brasil



Por el Gobierno de la
República Argentina

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT ON EDUCATIONAL COOPERATION BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE ARGENTINE REPUBLIC

The Federative Republic of Brazil and the Argentine Republic, hereinafter referred to as "the Parties",

Aware that educational systems must meet the challenges of the consolidation of democracy in a context of growing integration among the countries of the region, industrial transformations and scientific and technological advances,

Determined to revitalize and update bilateral relations in the educational field through reformulation of conventional instruments, and

Motivated by the shared desire to develop cooperation activities between the educational systems of the two States,

Have agreed as follows:

Article I

The Parties shall promote educational cooperation at all levels and through all modalities between their competent bodies, in the context of the integration process.

Article II

The Parties shall endeavour to maintain an ongoing exchange of updated information on the characteristics of their respective educational systems: structure; national and provincial administration; human and infrastructure resources; teaching career plans; training; initial orientation; institutional organization; evaluation methodology; and any other information of relevance to the purposes of this Agreement.

Article III

1. The Parties shall facilitate direct ties between concerned institutions for the formulation, adoption and implementation of specific exchange and cooperation programmes in the area of education and human resource training.

2. The Parties shall also encourage exchanges and cooperation relating to innovative educational experiments and shall promote the organization and execution of joint educational activities.

Article IV

Each of the Parties shall promote:

(a) The inclusion in basic and/or secondary education curricula of instruction in the official language of the other Party;

(b) The creation of specialized courses, post-graduate courses or special chairs in the national literature, history and culture of the other State;

(c) The creation of specialized courses, post-graduate courses or special chairs designed to improve knowledge of the economic, political, social and technological situation of the other Party;

(d) The creation of chairs in Portuguese and Brazilian culture at Argentine universities and chairs in Spanish and Argentine culture at Brazilian universities;

(e) The inclusion at the different educational levels of material relating to the various aspects of regional integration.

Article V

The Parties shall encourage joint planning and execution of activities relating to university extension courses and teacher training.

Article VI

1. The Parties shall regularly award fellowships and grants to stimulate and encourage joint research and transfer of technology.

2. They shall also award post-graduate fellowships annually, on a reciprocal basis, to students, researchers or specialists sent by the other Party to pursue further studies.

3. The amount and modalities of such fellowships or grants shall be announced through the diplomatic channel.

Article VII

1. The admission of students from one Party to graduate or post-graduate courses of the other Party shall be governed by the same selection processes as are applied by the higher educational institutions to national students.

2. Students covered by specific agreements between the Parties shall be subject to the selection processes established by those instruments.

Article VIII

The Parties shall endeavour to encourage the formulation of exchange programmes for university faculty and students.

Article IX

The Parties shall encourage cooperation between education experts, technicians and specialists, as well as the exchange of experience in linking educational systems with the industrial sector.

Article X

The Parties shall encourage the use of information technology to publicize schedules of educational activities, competitions, prizes and fellowships, availability of human and infrastructure resources and any other information that the Parties consider crucial to the implementation of this Agreement.

Article XI

Professional activity by nationals of one Party in the territory of the other shall be subject to the relevant national legislation.

Article XII

Recognition of certificates, degrees and diplomas at all educational levels shall be subject to the relevant national legislation and to any specific protocols and agreements on the subject that the Parties have concluded or may conclude while this Agreement remains in force.

Article XIII

Each of the Parties shall endeavour to inform the other of any change in its educational system.

Article XIV

1. For the purposes of the application of this Agreement, the Parties shall establish a Joint Educational Commission. It shall be presided over by the authorities designated by the respective Ministries of Education, in coordination with the competent units of the two Ministries of Foreign Affairs.

2. The Commission shall be responsible for:

- (a) Designing and evaluating specific implementation programmes;
- (b) Proposing additional protocols, to be agreed through the diplomatic channel.

3. The Joint Educational Commission shall meet at any time at the request of either of the Parties made through the diplomatic channel.

Article XV

This Agreement supersedes the Cultural Agreement between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Argentine Republic of 25 January 1968.

Article XVI

This Agreement shall be subject to ratification and shall enter into force on the date on which the Parties exchange the respective instruments.

Article XVII

The Parties may amend this Agreement by agreements which shall enter into force in accordance with the provisions of article XVI.

Article XVIII

This Agreement shall remain in force indefinitely and may be terminated at any time by either of the Parties by written notification. The termination shall take effect six months after the date of notification.

Done in Brasilia, on 10 November 1997, in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

LUIZ FELIPE LAMPREIA
Minister for Foreign Affairs

For the Government of the Argentine Republic:

GUIDO DI TELLA
Minister for Foreign Affairs and Worship

[TRANSLATION — TRADUCTION]

ACCORD DE COOPÉRATION EN MATIÈRE D'ÉDUCATION ENTRE LA
RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE AR-
GENTINE

La République fédérative du Brésil et la République argentine (ci-après dénommées « les Parties »),

Conscientes que les systèmes d'éducation doivent répondre aux défis de la consolidation de la démocratie dans le contexte de l'intégration croissante des pays de la région, de l'évolution de la production et des avancées scientifiques et techniques;

Résolues à dynamiser et à actualiser leurs rapports bilatéraux en matière d'éducation en remaniant les instruments conventionnels;

S'inspirant de leur volonté commune d'intensifier les actions de coopération entre les systèmes éducatifs des deux États;

Conviennent comme suit :

Article premier

Les Parties favorisent la coopération en matière d'éducation, à tous les niveaux et sous toutes ses formes, entre leurs organes compétents dans le cadre du processus d'intégration.

Article II

Les Parties s'efforcent de fournir des renseignements relatifs aux caractéristiques de leur système éducatif respectif en ce qui concerne les structures, l'administration au niveau national et au niveau des États, les ressources humaines et l'infrastructure, les plans de carrière des enseignants, la formation professionnelle et continue, l'organisation institutionnelle, les méthodes d'évaluation et autres renseignements pertinents aux fins du présent Accord.

Article III

1. Les Parties s'efforcent de faciliter les liens directs entre établissements homologues afin de leur permettre d'élaborer, d'adopter et d'exécuter des programmes spécifiques d'échanges et de coopération dans le domaine de l'éducation et de la formation des ressources humaines.

2. Les Parties s'efforcent en outre de stimuler les échanges et la coopération concernant les expériences pédagogiques novatrices et elles favorisent l'organisation et l'exécution d'activités communes.

Article IV

Chacune des Parties favorise :

- a) L'inclusion de l'enseignement de la langue officielle de l'autre Partie dans les programmes d'enseignement de base;
- b) La création de cours de spécialisation, de cours d'études supérieures ou de cours spécifiques consacrés à la littérature, à l'histoire et à la culture nationale de l'autre État;
- c) La création de cours de spécialisation, d'études supérieures ou de cours spécifiques visant à améliorer la connaissance des réalités économiques, politiques, sociales et techniques de l'autre Partie;
- d) La création de cours de portugais et de culture brésilienne dans les universités argentines et de cours d'espagnol et de culture argentine dans les universités brésiliennes;
- e) L'inclusion aux différents niveaux de l'enseignement de sujets d'études relatifs à l'intégration régionale sous ses divers aspects.

Article V

Les Parties s'efforcent de favoriser la planification et l'élaboration en commun d'activités relatives aux secteurs de la vulgarisation universitaire et de la formation professionnelle et continue du personnel enseignant.

Article VI

1. Les Parties octroient régulièrement des bourses et subsides visant à favoriser et à encourager la recherche commune et le transfert de technologies.
2. Elles décernent chaque année, de façon réciproque, des bourses d'études supérieures à des étudiants, des chercheurs ou des spécialistes envoyés par l'autre Partie à des fins de perfectionnement.
3. Les montants et modalités de ces bourses et subsides sont communiqués par la voie diplomatique.

Article VII

1. L'admission des étudiants d'une Partie aux cours d'études de diplôme et d'études supérieures de l'autre Partie est régie par les mêmes mécanismes de sélection que les établissements d'enseignement supérieur appliquent aux étudiants nationaux.
2. Les étudiants qui bénéficient d'accords spécifiques entre les Parties sont sujets au processus de sélection prévu dans lesdits instruments.

Article VIII

Les Parties s'efforcent de favoriser la création de programmes d'échange d'enseignants de niveau universitaire.

Article IX

Les Parties s'efforcent de promouvoir la coopération entre experts, techniciens et spécialistes de l'éducation, ainsi que les échanges de résultats d'expériences propres à favoriser les établissements de liens entre les systèmes éducatifs et le secteur productif.

Article X

Les Parties s'efforcent d'encourager l'emploi de l'informatique pour la diffusion des calendriers d'activités d'éducation, avis de concours, annonces de prix et bourses et listes de ressources humaines et d'infrastructures disponibles, ainsi que d'autres renseignements que les Parties jugent prioritaires pour la mise en oeuvre du présent Accord.

Article XI

L'exercice d'une profession par les citoyens de l'une des Parties dans le territoire de l'autre Partie ressortit à la législation nationale applicable.

Article XII

La reconnaissance des titres et diplômes d'études de tous les niveaux d'enseignement est sujette à la législation nationale applicable et aux protocoles et accords en la matière conclus par les Parties ou que celles-ci concluront pendant la période de validité du présent Accord.

Article XIII

Chacune des Parties s'efforce de maintenir l'autre Partie au courant des changements qui interviennent dans son système d'enseignement.

Article XIV

1. Aux fins de l'application du présent Accord, les Parties constituent une Commission mixte de l'éducation présidée par les autorités désignées par le Ministre de l'éducation de chacun des pays en consultation avec les services compétents des deux Ministères des relations extérieures.

2. Ladite Commission a les fonctions suivantes :

- a) Élaborer et évaluer des programmes exécutifs spécifiques;
- b) Proposer des protocoles additionnels à négocier par la voie diplomatique.

3. La Commission mixte de l'éducation se réunit chaque fois que l'une des Parties le demande par la voie diplomatique.

Article XV

Le présent Accord annule et remplace l'Accord relatif aux échanges culturels entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République argentine, du 25 janvier 1968.

Article XVI

Le présent Accord, qui est sujet à ratification, entrera en vigueur à la date à laquelle les Parties échangeront leurs instruments respectifs de ratification.

Article XVII

Les Parties peuvent modifier le présent Accord par échange de notes comme en dispose l'article XVI.

Article XVIII

Le présent Accord, qui a une durée indéterminée, peut être dénoncé à tout moment par l'une ou l'autre des Parties au moyen d'une notification écrite. La dénonciation est alors effective 6 mois après la date de ladite notification.

Fait à Brasilia le 10 novembre 1997, en deux exemplaires originaux en portugais et en espagnol, les deux textes faisant également foi.

Pour la République fédérative du Brésil :
Le Ministre d'État aux relations extérieures,
LUIZ FELIPE LAMPREIA

Pour la République argentine :
Le Ministère des relations extérieures et du culte,
GUIDO DI TELLA

